

Desenvolvimento Regional: A Participação Social Nos Processos De Decisão Na Construção Regional

Cláudio Machado Maia. Doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS) e Mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC). Professor Titular. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó e docente nos cursos de Ciências Econômicas, Direito e Arquitetura e Urbanismo. Líder do Grupo de Pesquisa “Desenvolvimento Regional, Política Pública e Governança” e pesquisador nos Grupos de Pesquisa “Cidades: Cultura, Urbanização e Desenvolvimento” e “Relações Internacionais, Direito e Poder: cenários e protagonismo dos atores estatais e não estatais” – Chapecó, Santa Catarina, Brasil. E-mail: claudiomaia.dr@hotmail.com

Myriam Aldana Vargas Santin. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC), Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Professora Titular e Pesquisadora. Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Brasil. Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. Doutorado. Email: aldana@unochapeco.edu.br

Resumo

Esta produção textual objetiva apresentar os pressupostos básicos norteadores a partir dos quais foi desenvolvido o Programa de Ensino Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) no âmbito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, projeto desenvolvido a partir da abordagem onde considera-se que cada aluno é/ou poderá ser um ator (um ator social) com capacidade de articular, propor, interagir,... e/ou mesmo protagonizar processos organizativos sociais coletivos ou mobilização social, tal como, em suas respectivas inserções nas suas lidas diárias na sociedade, quer seja como aluno, quer seja como futuros profissionais em potencial. Sendo assim, ensinou-se desenvolvimento regional para formação cidadã, é desenvolver o entendimento da importância da participação social no processo de desenvolvimento regional, agregando a percepção de que a mobilização e articulação dos agentes regionais do desenvolvimento são características daquelas regiões que conseguem transformar a ação cooperativa intra-regional e interregional no principal elemento integrador do seu processo de desenvolvimento regional, considerando sua participação crescente e direta no processo de desenvolvimento contemporâneo. Conforme as bibliografias trabalhadas no projeto, é em função de seu histórico de valores culturais acumulados regionalmente, ou do “capital social” existente, que algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios regionais da globalização contemporânea construindo seus próprios modelos de desenvolvimento. O PROESDE no âmbito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, concebido como projeto onde há um processo de capacitação dos atores em torno da construção de um processo de desenvolvimento alternativo, um processo de desenvolvimento endógeno, onde a participação se apresenta como elemento central para a produção e reprodução do capital social, gerando autonomia e protagonismo a partir dos envolvidos. Proporcionou elementos teóricos e metodológicos sobre o desenvolvimento regional para que os participantes pudessem se envolver nas propostas de seus municípios, identificando potencialidades e limites do desenvolvimento nas múltiplas dimensões com sua participação social.

Palavras-chave: participação social. Autonomia. Desenvolvimento regional.

1 Introdução

O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) é um programa de ensino do Governo do Estado de Santa Catarina, a partir da Secretaria Estadual de Educação, onde ensina-se desenvolvimento regional numa perspectiva de formação cidadã. O PROESDE da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) propiciou atividades de ensino, pesquisa e extensão permitindo que estudantes de vários cursos de graduação se envolvessem nas diversas propostas que objetivam um desenvolvimento regional sustentável em seus municípios. No ano de 2014 participaram 73 estudantes pertencentes às seguintes Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR's): SDR Chapecó (Chapecó, Coronel Freitas, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Guatambu, Caxambu do Sul, Planalto Alegre e Cordilheira Alta), SDR São Lourenço (São Lourenço e Novo Horizonte), SDR Palmitos (Palmitos, Caibi, Águas de Chapecó, Cunhataí e São Carlos) e SDR Quilombo (Quilombo e Santiago do Sul), e enquanto que no ano de 2015 participaram 86 estudantes, entre bolsistas e suplentes, provenientes de 18 cursos de graduação, pertencentes às cidades das respectivas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR's): SDR Chapecó (Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas e Planalto Alegre), SDR São Lourenço (Campo Erê e São Lourenço do Oeste), SDR Palmitos (Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Palmitos, Riqueza e São Carlos) e SDR Quilombo (Quilombo).

Como temática norteadora, tem-se a importância da participação social no processo de decisão e construção regional (BANDEIRA, 1999; BECKER, 2002), sobretudo, considerando a contribuição do ensino superior e as práticas participativas relacionadas com a promoção do desenvolvimento regional. Objetivou-se proporcionar elementos teóricos e metodológicos sobre o desenvolvimento regional para que os participantes se envolvessem nas propostas de seus municípios (ou locais de seu convívio), identificando potencialidades e limites do desenvolvimento nas múltiplas dimensões com sua participação social.

Tal abordagem teórica-metodológica aplicada como mecanismo de conscientização para articulação, mobilização e interação social (GIL, 2002), justificou-se ao considerar o contexto no qual o processo de descentralização de decisão, execução e gestão de políticas públicas vem exigindo novas posturas e competências do poder público e das organizações da

sociedade civil, para os quais a capacitação vem se tornando um componente estratégico. Neste sentido, a capacitação de acadêmicos da instituição dos diversos cursos, oriundos especialmente dos municípios pertencentes às Secretarias de Desenvolvimento Regionais envolvidas neste convênio, nomeadamente, PROESDE, contribui essencialmente para as novas demandas colocadas na construção de um processo de desenvolvimento endógeno. Neste sentido, desenvolvimento endógeno é aqui entendido como aquele que se constrói historicamente a partir do cidadão ou do grupo social, no contexto de uma ação local, por mais que esta ação esteja sujeita a constrangimentos externos. Implícito, nessa perspectiva, está a emergência da sociedade civil com o desenvolvimento como emergindo das localidades – ideia chave para um processo de desenvolvimento endógeno, onde os grupos locais tem alguma solução a partir de seus valores e capacidade de inovar – como base para se pensar a heterogeneidade.

Logo, importante considerar o local e a valorização das culturas regionais, no sentido de que a partir desse histórico de valores culturais acumulados regionalmente, ou do capital social existente, que algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios regionais da globalização contemporânea construindo seus próprios modelos de desenvolvimento (BECKER, 2002, p.35). A partir de Becker (2002), permitiu-se refletir sobre uma antiga tese: “de que o desenvolvimento não é a causa, mas a consequência da democracia e esta, por sua vez, é resultado da organização social”. Consequentemente, uma sociedade organizada é uma sociedade mais democrática, assim como, uma sociedade democrática é uma sociedade muito mais desenvolvida. O que, em tese, significa que as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional dependem de uma crescente organização social das comunidades regionais. E uma crescente organização social equivale diretamente a um melhor envolvimento político nas decisões e definições dos rumos do desenvolvimento regional. Da mesma forma, uma melhor participação política leva, consequentemente, a um maior desenvolvimento econômico das comunidades regionais. Por isso, a tese é de que uma sociedade mais organizada socialmente é uma sociedade mais participativa politicamente. E uma sociedade mais participativa politicamente é uma sociedade muito mais desenvolvida economicamente (BECKER, 2002, p.35-36).

Fez-se necessário introduzir um quadro teórico, baseado não num conceito, mas noção de desenvolvimento, para poder explicar aspectos particulares da mudança social, aduzindo parâmetros e indicações para a avaliação e valorização social. Esta visão procurou compreender o comportamento dos atores, ao mesmo tempo que permite-se avaliar

conseqüências intencionais ou não intencionais, da ação social (a ação em contexto) (VEIGA, 2005, p.67).

Acrescente-se ainda, a importância dada no sentido do entendimento de que a análise do desenvolvimento realça a articulação entre as instituições e organizações (interação entre atores) ligadas às práticas de desenvolvimento, como política pública ou para-pública, e o conjunto dos atores locais e não locais, tomados como destinatários destas práticas. À volta das representações do desenvolvimento constroem-se redes de relações que condicionam e/ou potencializam as ações dos atores e, em termos coletivos, promovem dinâmicas ou bloqueios à melhoria do bem estar local.

2 Desenvolvimento

2.1 O relato de experiência

A ideia força condutora e construída desde a aula inaugural, sobretudo, a partir das diversas manifestações dos alunos foi desenvolvida pela questão norteadora proposta aos alunos, perguntando-se “O que é desenvolvimento para Você”. Construiu-se um mapa conceitual contendo as diversas e eventuais respostas apresentadas pelos alunos. Tais respostas foram debatidas e discutidas, sobretudo, em busca de um consenso que esclarecesse uma noção de “desenvolvimento” que representasse e contemplasse a diversidade e a complexidade das diferentes respostas e interesses.

Conforme Machado (2003), “a palavra globalização converte-se num termo adequado para designar de forma mais geral a uma força que atua em diferentes dimensões, superior a vontade dos atores individuais ou coletivos locais”. Na sequência, falou-se em globalização, considerando-se que os estudos sobre globalização apresentam vastas perspectivas de interpretações e o caráter multifacetário das transformações observadas relacionadas com as diferentes associações entre mudanças globais e conseqüências locais. Após um debate sobre percepções da noção de desenvolvimento num contexto de globalização. Chegou-se a compreensão de que num contexto de globalização, uma alternativa de preservar a autonomia da sociedade (ou da comunidade) é a discussão do regional, onde o “regional” é necessário, conforme afirma Becker (2002), mobilizar e articular os agentes regionais do desenvolvimento, considerando sua participação crescente e direta no processo de desenvolvimento contemporâneo.

2.2 Os conteúdos centrais ministrados

Os conteúdos centrais que orientaram o PROESDE da Unochapecó através de aulas e de pesquisa de campo foram, conforme abaixo apresentados no Quadro 1: histórico da formação social, econômica e cultural do oeste catarinense; modelos de desenvolvimento existentes na região; meio ambiente e desenvolvimento regional; planejamento urbano; crescimento das cidades médias e esvaziamento dos pequenos municípios; papel do estado e as políticas públicas; capital social e movimentos sociais; governança e participação; conflitos de terras e desenvolvimento regional sustentável; e, desenvolvimento regional sustentável e suas implicações nas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) estudadas. Sendo que as saídas de campo foram realizadas às diversas SDR's envolvidas no Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) as quais representam as cidades de convívio dos alunos. Também foram realizadas idas à assentamentos rurais e tribos indígenas, sobretudo, considerando as especificidades que representam as lidas diárias e processos de reprodução social predominantes da região oeste catarinense.

Quadro1: Conteúdos desenvolvidos

Assunto
Desenvolvimento regional. Histórico da formação das SDR. Agricultura no desenvolvimento regional. Desenvolvimento: sobre o rural e a sustentabilidade. Desenvolvimento sustentável. A agroecologia. Desenvolvimento endógeno.
Histórico da formação socioeconômica cultural do Oeste Catarinense. Capital social e desenvolvimento regional. Movimentos sociais. Governança e participação. Perspectiva de gênero nas políticas públicas.
O papel do Estado e as políticas públicas. MIN. MERCOSUR. MDA. CONSAD. MDS. SDR. Conflito de terras. A questão indígena e o desenvolvimento regional.
Histórico da formação socioeconômica cultural do Oeste Catarinense.
Meio ambiente e desenvolvimento regional. Degradação ambiental.
Políticas públicas. Políticas sociais. Saúde. Educação.
Planejamento urbano. Planos diretores.
Crescimento das cidades médias. Pólos de crescimento. Integração regional.
Modelos de desenvolvimentos. Agroindústrias e suas conseqüências.
Realização do I Seminário Regional do PROESDE: O ensino superior e as práticas participativas relacionadas com a promoção do desenvolvimento regional.
Realização do II Seminário Regional PROESDE: A participação social no processo de decisão e construção regional: os distintos processos de desenvolvimento regional como dependentes das diferentes dinâmicas de envolvimento social das comunidades.

Fonte: elaborado pelos autores (2014).

Através dos conteúdos estudados e a pesquisa de campo, organizados em grupos, conseguiu-se identificar os avanços, limites e potencias de cada região, motivando-se a participação efetivamente das propostas para o desenvolvimento regional sustentável. As propostas dos programas do estado, das políticas públicas e das Organizações Não Governamentais (ONG's) devem considerar a opinião dos atores sociais, englobando os mais diferentes problemas para um atendimento igualitário entre todas as camadas sociais. Por outro lado, conforme o Quadro 2, simultaneamente, diversos textos e leituras foram encaminhados para leitura e para fomentar e estabelecer o debate aplicado e direcionado ao entendimento da realidade observada na pesquisa de campo.

Quadro2: Textos referenciais para leitura e/ou debatidos ou referenciados em sala de aula

Leituras sugeridas aos estudantes
BANDEIRA, Pedro Silveira. Participação, articulação de atores e desenvolvimento regional. IPEA . Textos para discussão, n.630, fev.1999.
CORRÊA. Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Cidades médias: espaço em transição . 1ed. São Paulo: expressão popular, 2007.
ELIAS, Denise. Novas Dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar. (Orgs.). Cidade Médias: Produção do espaço urbano e regional . São Paulo: Expressão Popular, 2006.
ELIAS, Denise. A agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Cidades médias: espaço em transição . 1º ed. São Paulo: expressão popular 2007.
MAIA, Cláudio Machado. A agroindústria familiar como estratégia para o desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul : UNISC/PPGDR, jan.2008. 103p. (Dissertação).
MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme Adalberto; MAIA, Cláudio Machado; MELO, Lenivaldo Manoel de. Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
NORTH, Douglass C. A agricultura no Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (Org). Economia Regional: textos escolhidos . Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, 1977, p.333-343.
PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? In: Documentos FEE . n .59. Porto Alegre: FEE, 2004.
SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.
Secretaria da Educação. SED. Educação oferece seminários sobre projetos de extensão para alunos das universidades no Estado . Disponível em < http://www.sc.gov.br/index.php/mais-sobre-educacao/8922-educacao-oferece-seminarios-sobre-proesde-para-alunos-das-universidades-no-estado >. Acesso em 01 out.2014.

Fonte: elaborado pelos autores (2014).

Os conteúdos estudados alimentaram a pesquisa de campo que foi realizada ao longo de todos os meses, organizados em Grupos visitando as SDR's, as prefeituras, entrevistando a população, conhecendo o funcionamento das SDR e dos Conselhos e se inserindo, cada um dos alunos desde a sua formação num processo de conhecer, entender, monitorar e participar

do desenvolvimento da região nos diversos aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais.

2.3 Os resultados das atividades de campo

Os resultados dessas atividades de campo, sobretudo, dos projetos de intervenção foram apresentados nas respectivas SDR's, prefeituras e na Universidade, pois vários Banners ficarão expostos nesses locais. Também está sendo organizado um e-book, assim como, serão incentivadas publicações em seminários e eventos acadêmicos sobre a experiência.

2.4 O que este curso representou para o acadêmico

Os conteúdos abordados ao longo do curso permitiram uma maior compreensão da realidade econômica, política e social em que vive-se, desafiando-se a desenvolver atividades profissionais que realmente contribuam para as necessidades dos municípios em prol da qualidade de vida da população. Como profissionais nas diversas áreas, o curso proporcionou ferramentas de entendimento sócio culturais de grande relevância que embasarão as respectivas atuações profissionais futuras e para o contato com o desenvolvimento regional. Tiveram-se conteúdos que em sala de aula convencionais muitas vezes não são abordados.

Representou nas palavras dos estudantes “fundamentos para orientar minha vida”, “compreender minha profissão desde um outro olhar mais crítico”, “entender a importância da minha participação como um potencial agente para atuar/intervir em situações diversas que podem contribuir ao processo de desenvolvimento regional”.

2.5 Por que a continuidade do PROESDE

O curso irá formar atores sociais, econômicos e políticos na construção do desenvolvimento regional sustentável, potencializando o capital social que permita construir ações coletivas qualificadas e organizadas visando atingir as problemáticas sociais.

A existência do PROESDE nas universidades permitirá que o tema do desenvolvimento regional se torne um eixo central na formação das diversas profissões. E, além da preparação profissional trás uma formação crítica que prepara para a vida social e familiar.

Sempre que se trata de “regional”, o regional pressupõe autonomia. Autonomia que, por sua vez remete à população local. A mobilização da participação da comunidade é imprescindível para o alcance desta autonomia. Por outro lado, lembra-se Rodrik (1998), quando aborda sobre o entendimento de que na gênese do processo de globalização interessante ao capital financeiro internacional estão as decisões políticas. E que, frente a este contundente (e hegemônico) planejamento, tem surgido uma corrente de aportes acadêmicos (e de agências internacionais) que tem reafirmado o papel estratégico (e inclusive determinante) que cumpre os espaços (regionais) nacionais, no sentido de preservação das especificidades nacionais na configuração das variedades de capitalismo (RODRIK, 1998, 2002). Observando-se uma renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas regionais. O regional, o desenvolvimento regional passa a incorporar a articulação de agentes oriundos dos mais variados segmentos da sociedade civil. O regional remetendo à compreensão de busca de autonomia, sobretudo, porque requer considerar aspectos relacionados às demandas sociais, desafios, negociação com instâncias governamentais em busca de um espaço (mercado) a partir de políticas públicas.

Por isso, a continuidade deste curso será indispensável na medida em que através deste Curso formar-se-á novos atores potenciais, que participem na construção de um processo de desenvolvimento regional sustentável.

3 Projeto de intervenção no âmbito do proesde/unochapecó: município de São Lourenço do Oeste

O Curso de Extensão do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (PROESDE/2015 – Unochapecó) propiciou atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, que contribuam para a capacitação de agentes multiplicadores, assim como apropriação de conceitos norteadores e atividades que resultem na potencialização da eficácia de políticas públicas e iniciativas cidadãs, voltadas para as dinâmicas regionais do Oeste de Santa Catarina.

3.1 A experiência

Como o PROESDE da Unochapecó proporciona elementos teóricos e metodológicos sobre o desenvolvimento regional para que os participantes se envolvam nas propostas de

seus municípios, identificando potencialidades e limites do desenvolvimento nas múltiplas dimensões com sua participação social (MAIA e SANTIN, 2015, p.200), o grupo de alunos no município de São Lourenço do Oeste, a partir de contato com a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), optou em desenvolver projeto de intervenção no âmbito do Cadastro Ambiental Rural (CAR), sobretudo, pelo cadastro possuir um baixo percentual de cadastrados.

Após levantamento feito com base em dados oficiais acessados no Cadastro Ambiental Rural de Santa Catarina (CAR) disponíveis ao cidadão, feito à época da definição do tema, em agosto deste ano, constatou-se que o percentual de área cadastrada era de 59,70%, muito aquém do objetivo final, 100%, se considerado que o prazo já havia sido prorrogado. O presente projeto buscou auxiliar o município a atingir a totalidade dos cadastros. O novo prazo final é 5 de maio de 2016, e depois desta data haverá a cobrança pelo serviço de cadastramento, daí o interesse em atingir a marca antes desta data.

A proposta de projeto de intervenção realizada no município catarinense de São Lourenço do Oeste, gira em torno da conscientização dos proprietários de áreas rurais quanto à importância de realizar o CAR, pois foi evidenciado que a causa do baixo percentual de adesão é devido à falta de informação, o que gera insegurança numa parte dos proprietários de áreas rurais.

O aumento do cadastramento se converterá em benefícios ao município, impactando principalmente no cenário ambiental e subsidiariamente na economia, mais especificamente em relação à produtividade das propriedades e através da correta transferência de propriedade das áreas, em conformidade com a lei.

A ampla divulgação do CAR é uma atitude necessária para que se atinja a totalidade dos cadastros, atitude esta que deveria ter sido adotada com maior comprometimento pelo governo federal, estadual e municipal, juntamente com os órgãos públicos ligados à agricultura e ao meio ambiente.

O CAR, para o Governo Federal, é visto como fundamental, pois sem que esteja completo não será possível a plena implementação do disposto no Novo Código Florestal (Lei n. 12.651/2012). Isso ajuda a explicar as consequências a que estarão sujeitos os proprietários de áreas rurais que não realizarem seu cadastro até o mês de maio do próximo ano.

O projeto visa também, de uma forma geral, evidenciar que os programas de divulgação devem ser feitos com outros programas de mesmo porte, seja ele federal estadual ou municipal, pois, todos os órgãos competentes podem auxiliar e divulgar tal feito, sendo que o benefício é geral.

Ressalta-se a importância e a relevância do projeto de intervenção proposto, tanto como um benefício ambiental para a região, como componente do processo de desenvolvimento regional de uma região que se importa com tais fatores.

Têm-se como principais objetivos maximizar o número de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) no município de São Lourenço do Oeste – SC, juntamente com conscientizar os produtores rurais sobre a importância do CAR, expondo os benefícios existentes ao manter o cadastro atualizado, bem como, as consequências da não adequação às normas ambientais.

Qualquer que seja a intervenção a ser proposta, faz-se necessária a existência de relevância do assunto para a comunidade a que será destinada. O Novo Código Florestal e os assuntos que o cercam, sem sombra de dúvidas, se enquadram perfeitamente neste requisito.

O CAR é o primeiro passo em direção à gestão conjunta do meio ambiente, feita pelo poder público e pelos cidadãos. Através da plena implantação daquilo que está disposto na Lei, o Governo deixará de lado a atitude proibitiva e coercitiva que adotava até então para tratar do desmatamento, e passa a incentivar a preservação. Para Graziano (2015):

Antes, só existia a política do "não". Mas a ação proibitiva nem sempre funciona. Agora, vale também o "sim". Propostas inovadoras surgem para ajudar a transformação do produtor rural, induzi-lo ao caminho da sustentabilidade. Começa, dessa forma, uma verdadeira pedagogia ambiental no campo, com procedimentos que aplaudem o certo, e não apenas xingam o errado (GRAZIANO, 2015, p.1).

A intervenção que o poder público promove nas propriedades particulares, obrigando-as a manter determinada porção de terra como Área de Preservação Permanente (APP), nada mais é do que fazer com que cumpram sua função social, prevista na Constituição Federal de 1988.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 2015)

Segundo Duarte (2012):

A função social da propriedade levará em consideração, portanto, o aproveitamento racional e adequado da terra, buscando evitar a degradação do meio ambiente, o uso exaustivo da terra e sua insuficiente recuperação. Levará em consideração, ainda, a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente (DUARTE, 2012, p. 23).

Sendo interesse comum do Estado e dos cidadãos a prevenção ambiental, ambos deverão arcar com os ônus de tal tarefa, do contrário a iniciativa novamente falhará, visto que se o antigo Código Florestal tivesse sido suficientemente eficiente, não seria necessária a elaboração de um novo texto.

Os órgãos ambientais passarão a dar mais valor à educação agroambiental. Trocarão o chicote pela conversa e a caneta pelo convencimento. Essa nova pedagogia já começa pelos treinamentos que têm sido realizados nos sindicatos, associações e cooperativas, todos querendo ajudar seus filiados, em especial os pequenos agricultores, preparando-os para bem realizarem seu cadastramento. Gente simples, que nunca viu um computador, poderá preencher *offline* o CAR, nas repartições públicas e privadas que estão sendo credenciadas para tanto (GRAZIANO, 2015, p.1).

Como citado por Graziano (2015), o método escolhido pelo Governo foi bastante acertado, treinando funcionários públicos e de sindicatos, habilitando-os para que realizem o cadastramento. De fato, isso foi feito.

Em São Lourenço do Oeste, duas pessoas foram treinadas para tal função, sendo uma delas fixada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outra na Prefeitura Municipal.

Logo, havendo legislação que exige determinada atitude por parte dos proprietários de áreas rurais e havendo estrutura pública disponível para que se cumpra aquilo que foi determinado, é possível verificar que a causa da baixa efetividade de cadastros seria a falta de ampla e clara divulgação. Num primeiro momento o CAR se mostra como um ônus que atinge somente o agricultor, sem lhe trazer nenhum bônus. Graziano (2015), neste sentido, provoca:

[...] os homens do campo terão argumentos para cobrar o pessoal da cidade. Afinal, se eles mudaram de atitude, assumiram compromissos, educam-se ambientalmente, por que razão os cidadãos continuariam a emporcalhar a natureza com os lixões a céu aberto, com habitações construídas nas áreas de mananciais ou naquelas encostas íngremes que rodam com a enxurrada, com esgotos jogados sem tratamento nos rios que cortam as cidades? Até quando a poluição será permitida na zona urbana, sem que as autoridades, useiras em maltratar o agricultor, tomem firme providência? Com a palavra os ambientalistas (GRAZIANO, 2015, p.1).

A intervenção rumará no sentido de esclarecimento à comunidade. Agirá de uma forma que não foi possível, ou tentado, pelo poder público, esclarecendo os pontos positivos de elaborar o CAR, bem como, alertar sobre as consequências de não o fazê-lo, diretamente com o destinatário: o agricultor.

3.2 Estratégias metodológicas da experiência de São Lourenço do Oeste

As estratégias metodológicas foram desenvolvidas na forma de pesquisa exploratória documental e de campo sendo realizado no município São Lourenço do Oeste-SC, integrante da Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste-SC.

Para implementar a intervenção, precisou-se interagir com os proprietários de áreas rurais para o efetivo entendimento do CAR, para apresentar os benefícios deste cadastro, afirmando assim, que a adesão total ao cadastro somente seria realizada se houvesse uma interação com os reais benefícios do mesmo.

Assim, foi combinado em realizar reuniões após as missas (cultos) nas comunidades, pedindo ao ministro que os alunos fossem anunciados, mas sendo facultativa a adesão de todos os presentes.

Nas reuniões, levou-se questionários que pudessem ser avaliados a significância do ato, da ação que estava sendo desenvolvida, e também analisar, que a divulgação dos programas diretamente ao público alvo é importantíssima, sendo que, na pergunta realizada do cadastro, pedindo se já tinham visto alguma propaganda do mesmo, a resposta foi 100% que não haviam sido conscientizados.

As reuniões eram divulgadas na rádio, juntamente com uma entrevista feita, das datas de término e as principais dificuldades vistas a campo, já conscientizando a todos do trabalho que estava sendo realizando pelos alunos.

Por intermédio da SDR conseguiu-se publicar matérias em jornais locais, focando no auxílio que estava sendo recebendo dos órgãos como a SDR, rádios, jornais, e da satisfação prevista pelo nosso público alvo.

O nosso método de pesquisa se alastrou de uma forma que quem participava das reuniões passava as informações juntamente com a cartilha que estávamos disponibilizando para outras pessoas que não haviam feito ainda o cadastramento.

Referente às cartilhas, foi utilizada a cartilha disponibilizada pelo governo, a qual já estava impressa na prefeitura de São Lourenço do Oeste-SC, que não haviam conseguido distribuí-las, sendo que os alunos anexaram um pequeno informativo dos lugares que os interessados conseguiriam efetivar o cadastro gratuitamente, e os horários de atendimento com os responsáveis, assim como, a documentação a levar.

A partir da entrevista na rádio, com o horário estratégico, verificou-se a aceitação na primeira intervenção, com o público comprovando que haviam ouvido a entrevista, e que estavam muito interessados pelo assunto discutido, pois as informações foram de grande valia

para as comunidades acessadas, pois a intervenção proporcionou outra visão do cadastro para eles.

A partir deste momento observou-se os resultados em relação a aceitação do projeto, do mesmo modo que espera-se verificar em quantidades de cadastros apenas no próximo relatório disponibilizado pelo governo, no site do CAR.

3.3 Cronograma

O primeiro passo adotado pelo grupo de trabalho, obviamente, foi a definição do tema a ser trabalhado. A escolha pelo CAR surgiu em conversa na Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste (SLO), em que estavam presentes membros do grupo de trabalho, o Gerente de Desenvolvimento Econômico, Social e Agricultura e o Secretário Regional.

Depois da reunião em que foram expostos, pelos representantes do Estado, primeiramente, o que era o CAR e a que passo estava sua implantação, o assunto foi apresentado aos professores do PROESDE, que concordaram com a viabilidade do assunto e área de atuação, dando andamento ao prosseguimento do trabalho.

O grupo, então, passou a fazer levantamentos sobre os dados oficiais acerca do CAR, além de marcar encontros com o responsável pelo cadastramento na Prefeitura Municipal e também no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Com isso, constatou-se a existência de grande volume de material de divulgação impresso pelo Governo Federal, mas que estava encaixotado e que muito provavelmente não seria disponibilizado a quem interessava de fato.

A partir desse momento foi definida a forma de atuação: seria feito um trabalho de divulgação diretamente nas comunidades, utilizando-se do material já existente, além da adição de informações de como, onde e quando realizar o cadastro em São Lourenço do Oeste. A princípio havia a ideia de elaboração de uma cartilha própria, mas a hipótese foi descartada devido à necessidade de recursos específicos para tal, além de que o material já existente estava muito bem estruturado e poderia ser utilizado.

Em razão do curto período para implantação da intervenção, optou-se por realizar a intervenção nos principais distritos do município, a fim de que fosse alcançado o maior número possível de produtores rurais. Os distritos escolhidos foram Presidente Juscelino, Frederico Wastner e São Roque. Os trabalhos de divulgação foram realizados, após o encontro religioso da comunidade, pois é o momento em que a maioria da comunidade está presente, sem que para isso precisassem largar seus afazeres diários. Tal sugestão foi dada

pelo Gerente de Desenvolvimento Econômico, Social e Agricultura da SDR de São Lourenço do Oeste e aceita pelo grupo de imediato.

Com o auxílio da assessoria de imprensa da SDR, foi possível a divulgação do curso (PROESDE) e do projeto em mídia digital e auditiva, esta última sendo uma entrevista transmitida no dia 31 de Outubro de 2015 pela Rádio Doze de Maio, com duração de uma hora.

As datas de divulgação nas comunidades, ficaram assim definidas:

- 31 de Outubro (sábado) – Distrito de Presidente Juscelino – 21 horas;
- 01 de Novembro (domingo) – Distrito de Frederico Wastner – 10 horas;
- 08 de Novembro (domingo) – Distrito de São Roque – 10h horas.

Nos dois primeiros encontros, houve boa aceitação da comunidade com a iniciativa. Nosso Grupo pediu a palavra ao final da celebração e explanou aos presentes os benefícios em se realizar o CAR, pontuou as consequências da não observância da lei, e também evidenciou a importância de eles mesmos divulgarem o tema ao restante da comunidade, que não estava presente no dia.

O encontro do dia 8 em São Roque não foi possível, visto que boa parte da localidade estava em viagem, por isso foi transferido para o dia 15 de Novembro, um domingo. Na nova data, os integrantes do grupo chegaram para a celebração, mas ela não aconteceu devido a uma festa que ocorreu no dia na comunidade de Planalto, que fica próxima.

Diante do entrave, o grupo se deslocou até o local onde ocorria a festa comunitária e, dividindo-se, passaram a abordar os presentes, utilizando-se da mesma metodologia dos encontros anteriores. Todos foram muito bem aceitos nos locais em que ocorreram as intervenções, podendo contar com a atenção e carisma dos produtores rurais presentes.

Com a realização dos encontros, a intervenção proposta pôde ser considerada exitosa e finalizada, mesmo que ainda não seja possível quantificar totalmente os resultados obtidos. Há que se destacar a excelente receptividade da SDR em relação aos componentes do grupo, por meio do auxílio e orientação sobre como tirar do papel o projeto, mostrando atalhos e metodologias específicas para lidar com o público alvo.

Em resumo, o grupo fez uso do estudo de caso sobre a situação dos cadastros no município de São Lourenço do Oeste, por meio de entrevista e documentos.

3.4 Os resultados esperados das atividades de campo

Com a proposta de intervenção o grupo de trabalho espera que os números do CAR no município de SLO aumentem gradativamente até que seja atingida a marca de 100% das propriedades mapeadas antes da data final para isto, em Maio de 2016.

A variação de cadastros entre julho e agosto foi de 2,4%. Entre agosto e setembro foi de 2% e entre setembro e outubro, apenas 0,7%.

A intervenção foi realizada no último dia de outubro e início de novembro, por isso espera-se que o número de cadastramentos tenha um considerável aumento no boletim a ser divulgado pelo Governo Estadual no mês de dezembro.

Ao final de outubro, São Lourenço do Oeste tinha 61,33% das áreas já mapeadas, restando, portanto, 38,66% do território para ser cadastrado nos 7 meses restantes. Não é impossível, mas será necessário o empenho do poder público nesse período para que se atinja tal objetivo.

Porém, o projeto já se torna válido na questão da compreensão e aceitação do público alvo, levando a conscientização esperada no início do projeto.

4 Conclusão

A percepção e entendimento construído desde a aula inaugural, nas diversas manifestações dos alunos incentivadas pela questão norteadora proposta a partir da pergunta inicialmente realizada, “O que é desenvolvimento para Você?”; e, da construção do mapa conceitual contendo as diversas e eventuais respostas apresentadas pelos alunos, desenvolveu-se noções de “desenvolvimento”. Nas saídas de campo e observação do território, identificou-se temáticas e alternativas de intervenção nas diversas localidades, municípios.

Entre as temáticas e projetos de intervenção realizados, identificou-se temáticos no âmbito da educação ambiental para a conscientização da população, separação de resíduos sólidos, coleta de lixo, audiência pública para discussão de políticas de resíduos sólidos e questões de meio ambiente e desenvolvimento rural, nomeadamente, o cadastro ambiental rural.

O caso do cadastro ambiental rural, demonstra, por exemplo, a importância da mobilização do capital social para fins do envolvimento da sociedade para intervir diretamente na problemática identificada. Ou seja, o capital social, a interação das pessoas em torno de facilitar a troca de informações garantiu o desenvolvimento do trabalho dos alunos. O capital social existente conseguiu responder positiva e ativamente, facilitando o

desenvolvimento de ações coordenadas, por parte do grupo de alunos, da sociedade e das instituições públicas.

Logo, se para Rodrik (2002), a globalização é uma alternativa de melhoria do padrão de vida, ao mesmo tempo em que a democracia garante que as decisões políticas possam ser tomadas pelos que são diretamente afetados por elas (ou pelos seus representantes), remete-se a algo que só é possível, abrindo-se caminho para a crescente participação social no processo de decisão e construção regional o que pode garantir a adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global do desenvolvimento contemporâneo.

A perspectiva reflexiva teórica-metodológica e a discussão da temática desenvolvimento e suas respectivas problemáticas, assim como os debates realizados, apresentaram uma abordagem que serve como modelo de análise da mudança social, uma abordagem que procura focar as relações, mais do que os extremos, e que chama a atenção para o fato da mudança social, econômica, política e cultural não poder ser compreendida com a simples referência a condições estruturais, muitas vezes remetidas apenas para forças externas (determinação externa), resultante de mecanismos de mercado ou da ação do estado, que constroem e/ou potencializam a ação dos indivíduos.

Explicou-se, por exemplo, que dada a diversidade estrutural, existem respostas diferentes em situação estrutural semelhante ou, em outras palavras, há grande heterogeneidade de soluções encontradas à escala local e a nível da ação individual. E, que tal diversidade só pode ser então atribuída à ação dos indivíduos, à recomposição de perfis sociais e/ou à emergência de novos perfis. E que terá que ser reconhecida aos indivíduos sua capacidade reflexiva e de ação (autonomia ou margem de manobra), a qual lhes permite tomar consciência dos seus interesses, formular objetivos e definir estratégias para os atingir ou para buscar constrianger o Estado sobre a necessidade de políticas públicas específicas. Mesmo em condições de limitação e condicionantes, os indivíduos não podem ser vistos como sujeitos passivos ou vítimas da mudança planejada (de cima para baixo), nem como “simplesmente” como aqueles que se limitam a seguir um conjunto de regras e/ou ordenamentos.

Referências

Associação O Eco. **Governo prorroga prazo e agora quer pressa para Cadastro Ambiental Rural**. Disponível em: <http://migre.me/s93I4>. Acesso em: 17 nov. 2015.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Participação, articulação de atores e desenvolvimento regional. **IPEA**. Textos para discussão, n.630, fev.1999.

BECKER, Dizimar Fermiano. A economia política do (des)envolvimento regional. **Redes**. v.7, n.3. p.35-59, set./dez.2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

_____. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: <http://migre.me/s9Onl>. Acesso em: 10 nov. 2015.

CAR. Cadastro Ambiental Rural SC. Disponível em: <http://migre.me/s93Ly>. Acesso em: 10 nov. 2015.

DUARTE, Evangelina Castilho. Reflexões sobre o novo Código Florestal. **Jurisprudência Mineira**. Belo Horizonte, a. 63, nº 203, p. 23-47, out/dez. 2012. Disponível em: <http://migre.me/s9Lqa>. Acesso em: 18 nov. 2015.

GIL, Antonio Carlos. Redes cooperativas regionais e governança. **Redes**. v.7, n.3. p.61-84, set./dez.2002.

GRAZIANO, Xico. Cadastro ambiental rural. **Revista LEX Magister** [on-line]. São Paulo: 2015. Disponível em: <http://migre.me/s9Ajb>. Acesso em: 18 nov. 2015.

MACHADO, Jorge Alberto. **La Globalização (des)Controlada: crisis globales, desajustes económicos e impactos locales.** São Paulo: Tendenz, 2003. 300p.

MAIA, Claudio Machado; SANTIN, Myriam Aldana Vargas. A participação social nos processos de decisão na construção regional. Relato de Experiência PROESDE/2014 – Unochapecó. **Revista Extensão em Foco**, Caçador/SC, v.3, n.1. p.199-207, 2015.

RODRIK, Dani. **Feasible globalizations.** Harvard University, 2002. Disponível em: <<<http://ksghome.harvard.edu/~drodrik/Feasglob.pdf>>>. Acesso em 20 out. 2009.

RODRIK, Dani. Symposium on Globalization in Perspective: an Introduction . **The Journal of Economic Perspectives**. v.12, n.4. p.3-8. Autumn, 1998.

São Lourenço do Oeste. **Acadêmicos da Unochapecó na região irão desenvolver projeto voltado ao Desenvolvimento Regional.** Disponível em: <http://migre.me/s9MX4>. Acesso em: 19 nov. 2015.

VEIGA, José Francisco Ferragolo da. **Território e Desenvolvimento Local.** Oeiras, Portugal: Celta, 2005.